



territorium • 26(II)

REVISTA INTERNACIONAL DE RISCOS | INTERNATIONAL JOURNAL OF RISKS

INCÊNDIOS FLORESTAIS NO RESCALDO DE 2017

Imprensa da Universidade de Coimbra
Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança

2019



RISCOS



BOMBEIROS - O NOVO PARADIGMA*

FIREFIGHTERS - THE NEW PARADIGM

José Carlos Reis

Ex-Formador de Combate a Incêndios Florestais da Escola Nacional de Bombeiros
Comandante do Quadro Honorário dos Bombeiros Voluntários de Penela (Portugal)

jottaerre@sapo.pt

RESUMO

Em Portugal, a base da organização do socorro às populações continua assente nas Associações/Corpos de Bombeiros Voluntários. Este modelo de voluntariado denota algumas fragilidades, quer na componente associativa, designadamente na área da gestão, quer na componente operacional, onde, apesar da sentida evolução, não só ao nível da formação inicial e contínua, mas também ao nível da cultura da segurança individual e coletiva, muito há ainda para fazer.

Não estando em causa o valor insubstituível do voluntariado, o carinho e a simpatia das comunidades pelos seus bombeiros, impõe-se uma melhoria substancial na formação e treino, principalmente ao nível do topo da hierarquia, onde são mais evidentes as falhas. Obviamente que, em todo este processo de mudança e transformação, a formação e o treino são cruciais para um socorro eficaz e de qualidade, e em que a resposta da Escola Nacional de Bombeiros, autoridade pedagógica de formação de bombeiros, é essencial neste tempo de mudança.

Trata-se de um novo paradigma, um desafio que necessariamente terá de envolver o Estado e as instituições que prestam socorro em Portugal, mas que, além disso e no essencial, é um desafio na mudança de mentalidades e na coragem de encetar um novo rumo no que ao socorro diz respeito.

Palavras-chave: organização do socorro, voluntariado, segurança, formação de bombeiros, mudança de mentalidades.

ABSTRACT

In Portugal, organizing the provision of assistance to people still relies on the volunteer firemen's associations /brigades. This volunteering model has some weaknesses, both in the associative component, especially in terms of management and in the operational component. Here, although significant progress has been made both in terms of initial and continuous training and in terms of a culture of individual and collective safety, much still remains to be done.

As the irreplaceable value of volunteering, the warmth and friendliness communities have for their firefighters are not in question, this means a substantial improvement is needed in instruction and training, especially at the top of the hierarchy, where failings are most evident. Obviously, instruction and training are crucial to effective and high-quality assistance and the response of the National School of Firefighters [ENB], the authority responsible for training firefighters, is essential at this time of change.

This is a new paradigm, a challenge that will inevitably involve the State and the institutions that provide assistance in Portugal, but it is essentially a challenge that involves changing mentalities and requires the courage to embark on a new course as far as assistance is concerned.

Keywords: Organization of assistance, volunteering, safety, training of firefighters, change of mentalities.

* O texto desta nota foi submetida em 03-10-2018, sujeito a revisão por pares a 04-10-2018 e aceite para publicação em 09-10-2018.

Esta nota é parte integrante da Revista *Territorium*, n.º 26 (II), 2019, © Riscos, ISSN: 0872-8941.

Introdução

Vagueando um pouco a minha mente sobre parte da minha vida dedicada a uma nobre causa humanitária, vou tentar partilhar com os leitores a minha experiência ao serviço dos Bombeiros Voluntários, que decorreu a partir do início da década de 80 até ao momento presente.

182

Após terminar a minha vida militar ao serviço da Marinha Portuguesa, e porque no ano de 1980 estava a ser criada a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penela, talvez também por influência do meu pai, que fez parte de um grupo de valorosos homens e mulheres que, a determinada altura, perceberam a importância e a reconhecida falta de um corpo de bombeiros no concelho, envolvi-me no processo e, mesmo com prejuízo pessoal em termos profissionais, iniciei a minha colaboração na constituição do Corpo de Bombeiros.

Após ter sido criada uma comissão para preparar todo o processo de constituição da nova Associação Humanitária, que viria a suportar o novo corpo de bombeiros (fot.1), essa importante instituição ainda se veio a tornar uma realidade no ano de 1980.

Os primórdios

O meu percurso militar e os conhecimentos ali adquiridos, foram uma ajuda preciosa para o difícil início do novo corpo de bombeiros. Para o seu arranque inicial, muito contribuíram os corpos de bombeiros vizinhos, nomeadamente de Condeixa, Pombal e Ansião, que, através das suas chefias, nos passaram a necessária informação, do maior valor, para quem se confronta pela primeira vez com a legislação, as regras e normas por que se regiam, naquela altura, os Corpos de Bombeiros. Foi com eles que fizemos os primeiros contactos e que despertámos para a verdadeira realidade que eram, na altura, os bombeiros voluntários em Portugal.

O Município de Penela era o único concelho na região que não dispunha de um corpo de bombeiros. O socorro era prestado pelos corpos de bombeiros vizinhos, que aqui corriam em caso de emergência. O socorro na doença era garantido localmente, de uma forma muito básica, pelo do centro de saúde local, que recorria a uma velha ambulância para transportar os doentes para este centro. Já os acidentes rodoviários, agrícolas, e



Fot. 1 - Visita a Penela, de S. Exa, o Presidente da República, Dr. Aníbal Cavaco Silva, no ano de 1982, no momento da apresentação da formatura, na primeira cerimónia solene, pública, com honras do Corpo de bombeiros (Fotografia de Adriano Júlio).

Photo 1 - Visit to Penela by the President of the Republic, Dr Anibal Cavaco Silva, in 1982, for the first official public graduation ceremony, with honours, of the Fire Brigade (Photograph of Adriano Júlio).

outros, contavam com o socorro dos bombeiros de Condeixa e Miranda do Corvo, bem como a Sul, com os bombeiros de Ansião.

No que respeita aos incêndios florestais, sempre que a floresta ardia, e mantendo as tradições ancestrais, as pessoas juntavam-se e tentavam extinguir os incêndios, muitas vezes sem a presença de bombeiros. Nas aldeias e até na sede de concelho, os sinos das igrejas tocavam «a rebate», toque já conhecido pela população, para que se juntassem para enfrentarem o incêndio. Nesse tempo, a Guarda Nacional Republicana local, também se empenhava nesse combate, cujos guardas, vestidos para tal com “fatos de macaco”, se juntavam ao povo, munidos de ramos de árvores, pás e enxadas, tentavam parar as chamas e proteger as povoações, por vezes, auxiliados por alguns tratores, uns com tanques de água e outros munidos com as fresas. E, assim, muitas vezes se conseguia “apagar o fogo», acontecendo que, quando chegavam os bombeiros vizinhos, este já estava dominado, sendo depois consolidado pelo trabalho dos homens de farda.

O meu pai e outros homens da terra, sempre que começava um incêndio, colocava à disposição uma camioneta de trabalho, de «caixa aberta”, na qual eram transportadas muitas destas pessoas para os incêndios. Todos ajudavam, os mais velhos, os mais novos, as mulheres transportando água, leite e comida para quem trabalhava, e toda a comunidade se envolvida nesta luta.

Nesse tempo, os proprietários limpavam os seus terrenos, cultivavam e mantinham em bom estado as suas propriedades. A floresta era cuidada, circundada por terrenos agrícolas, onde, sem a maquinaria hoje existente, tudo era bem tratado e a pequena parcela de terra aproveitada. Os matos que cresciam eram necessários e aproveitados para as camas dos animais. O cultivo era regra, os pequenos quintais e cada um dos socalcos produziam o que a terra dava, quase sempre tratando-se de agricultura de subsistência e para sustento das famílias. Embora muitas vezes por acessos difíceis, conseguia chegar-se à propriedade com o trator ou um vulgar “carro de bois”. Hoje a maior parte destes caminhos estão intransitáveis, ou nem sequer existem, pela falta de utilização, pelo abandono da agricultura e da floresta.

Nessa altura existia o Serviço Nacional de Bombeiros que tinha como estruturas intermédias, a nível regional, as inspeções regionais de bombeiros. Eram estas estruturas que coordenavam os corpos de bombeiros distribuídos pelo país. Assim, leis, regulamentos e normativos, bem como outras informações relevantes, eram emanadas da inspeção para os corpos de bombeiros, que, por sua vez, seguiam estas orientações e procedimentos que aplicavam na gestão diária das associações e no funcionamento dos corpos de bombeiros.

O início dos Bombeiros Voluntários de Penela

Formado o Corpo de Bombeiros Voluntários de Penela, após aprovação superior pelo SNB, começaram as dificuldades inerentes ao início de uma nova instituição deste cariz. Os escassos apoios, quer a nível local quer nacional, as necessárias viaturas e equipamentos, bem como fardamentos e material de proteção individual foram chegando muitas vezes graças aos donativos de campanhas de angariação de fundos efetuadas por todo o concelho (fot. 2). Desde o início, os bombeiros tiveram por parte das populações a maior aceitação e carinho. Com o apoio possível do Município, nas instalações provisórias e através de alguns subsídios atribuídos à associação, o corpo de bombeiros foi crescendo, não tão rápido como pretendíamos, nem com a capacidade de resposta que queríamos oferecer às nossas populações, mas era difícil fazer melhor com as condições que tínhamos.

Para além das dificuldades com as instalações e equipamentos, outra grande dificuldade consistia no saber, ou melhor: no saber fazer! Não existia formação oficial e regulamentada, apenas algum treino oferecido pelos corpos de bombeiros vizinhos, valendo-nos da sua experiência e da sua amizade, já que se mostravam sempre disponíveis para ajudar.

A única formação mais oficial que nos chegava era ministrada pela Cruz Vermelha Portuguesa, uma organização que tinha estabelecido uma parceria com o Serviço Nacional de Bombeiros (SNB) para ministrar cursos de socorrismo em todos os corpos de bombeiros. Esta formação era de um nível muito baixo e muito pouco adequada a quem tinha de prestar socorro no dia a dia, com o nível de exigência que as tão variadas situações de emergência confrontam os socorristas.

Em 1981 frequentei o Curso de Bombeiro de 3ª classe, juntamente com três dezenas de homens, constituindo a primeira escola de bombeiros e os primeiros combatentes do Corpo de Bombeiros de Penela. O crescimento do efetivo era uma necessidade, pelo que, sempre que se reunia um grupo de candidatos a novos bombeiros, nova escola era aberta, e consequentemente, os diversos postos na hierarquia eram preenchidos, após os necessários exames de promoção. Com a forte motivação que me preenchia e uma vontade de querer fazer mais e melhor, percorri os vários graus da hierarquia dos bombeiros e cedo fui nomeado comandante.

A importância da formação

Ainda como segundo comandante, colaborei com a Inspeção Regional de Bombeiros do Centro na elaboração de alguns manuais e auxiliares de formação, tendo mantido sempre uma relação de amizade e proximidade com os colegas bombeiros vizinhos, nomeadamente nesta área da formação.



Fot. 2 - Primeiro desfile de angariação de fundos para a Associação dos Bombeiros Voluntário de Penela, em 1982
(Fotografia de Adriano Júlio).

Photo 2 - First fundraising parade for the Association of Volunteer Firemen of Penela, in 1982 (Photograph of Adriano Júlio).

Talvez por influência das constantes reivindicações da nova geração de comandantes de bombeiros, que começavam a liderar os corpos de bombeiros, por pressão das Inspeções Regionais, das Federações e da Liga Nacional de Bombeiros, começaram a surgir algumas oportunidades e convites para formação nomeadamente para comandos e chefias.

Assim, ainda na década de 80, surgiu a oportunidade de ter alguma formação a nível local e de frequentar alguns cursos fora do nosso país, nomeadamente em França e Espanha (fot. 3), por convite feito, pelo então Inspetor Regional, a alguns comandantes de bombeiros mais interessados e disponíveis. O próprio Serviço Nacional de Bombeiros, promoveu também alguns cursos e treinos, com formadores de outros países, formação esta quase sempre ministrada por especialistas chilenos e americanos.

Muitos destes comandos, após ter-lhes sido dada esta oportunidade, disponibilizaram-se para criar manuais, auxiliares de formação e colaborar na formação de outros corpos de bombeiros. No meu entender, esta geração de novos comandos de bombeiros, a pouco e pouco, veio a mudar e a criar uma nova imagem dos bombeiros. Começou a ver-se uma nova atitude, capacidade e preparação nas ações de socorro, começaram a usar-se equipamentos de proteção individual, bem como equipamentos melhores e mais capazes para o desempenho das missões



Fot. 3 - Formação de Combate a Incêndios Urbanos e Industriais, em Madrid (Tepesa), em outubro de 1982
(Fotografia de L. Cardoso).

Photo 3 - Training in Urban and Industrial Firefighting, in Madrid (Tepesa), October 1982 (Photograph of L. Cardoso).

Um novo paradigma

Criada uma nova estrutura, a Escola Nacional de Bombeiros, o processo formativo dos bombeiros passou a ser uma realidade, permitindo que todos os bombeiros pudessem obter a necessária e tão importante formação para o desempenho cabal da sua missão. Saber é agora

uma exigência e uma responsabilidade e faz parte da vida de todos quantos socorrem.

Hoje reconhecemos que o socorro prestado durante muitos anos era de fraca qualidade, muitas vezes pondo em risco as pessoas e os próprios socorristas, em cujas intervenções o êxito das intervenções ficava muito aquém do desejado. A formação dos bombeiros, hoje de caráter obrigatório, veio preencher uma grave lacuna no socorro em Portugal. Reconhecemos igualmente que a formação ministrada localmente com os meios próprios de cada quartel de bombeiros era manifestamente insuficiente, inadequada e muita dela errada.

Também os equipamentos ao dispor dos bombeiros, hoje utilizando uma tecnologia muito avançada, permitem uma operação rápida e eficaz, e consequentemente uma significativa melhoria de qualidade do socorro (fot. 4).

O nível de formação, bem como a reestruturação dos corpos de bombeiros, permite agora um socorro que em nada fica atrás da maioria dos países considerados mais desenvolvidos. Também as exigências são cada vez maiores, bem como o tipo e a gravidade dos sinistros que exigem às entidades que socorrem em Portugal mais e melhores meios, melhor e mais rápida capacidade de resposta (fot. 5), e também uma melhor coordenação e comando.

Outra mudança significativa diz respeito à utilização dos equipamentos de proteção individual, outrora praticamente desconhecidos, tempos em que pouco se investia na segurança e em que a formação nesta área era quase



Fot. 4 - Extração de vítima de acidente, em 2014
(Fotografia de Carlos Varandas).

*Photo 4 - Rescue of accident victim in 2014
(Photograph of Carlos Varandas).*

inexistente. Hoje, uma grande fatia do orçamento das associações e corpos de bombeiros vai para a segurança e para a boa qualidade dos equipamentos utilizados pelos bombeiros. Todos nos lembramos que ainda num passado recente, o fardamento individual de trabalho do bombeiro era constituído por um simples fato de macaco, botas e um boné, que tanto era utilizado no combate aos incêndios como na tripulação de ambulâncias. Em contrapartida compravam-se as “fardas de gala”, os capacetes de cerimónia, machados vistosos, muito pouco utilizados, mas que eram exigidos aos corpos de bombeiros.



Fot. 5 - Primeiro simulacro de incêndio urbano no centro da vila de Penela, em 1982, na celebração do 2.º aniversário dos bombeiros de Penela (Fotografia de Adriano Júlio).

*Photo 5 - First of urban fire drill in the centre of Penela, in 1982, at the celebration of the 2nd anniversary of the Penela firemen
(Photograph of Adriano Júlio).*

Se, nos incêndios urbanos e industriais, já se usavam em alguns quartéis, os chamados aparelhos respiratórios individuais (ARICAS), poucos e de fraca qualidade, mas mesmo assim garantiam um melhor desempenho para as equipas que mais próximas ficavam das chamas ou dos locais de risco. Atualmente, estes aparelhos fazem parte do equipamento individual do bombeiro, protegendo a sua saúde e garantindo um melhor desempenho na missão de socorro e combate.

A formação de combate a incêndios florestais

Apesar muito ter mudado no combate aos incêndios florestais, quer em termos de formação (fot. 6), quer na existência de mais e melhores equipamentos próprios para um rápido e eficaz combate, todavia ainda há muito para fazer, nomeadamente na formação de chefias, dos comandos e, principalmente, de quem coordena as grandes catástrofes.

Pela minha experiência e no meu entender, falta experiência e preparação principalmente a quem lidera, a quem comanda e coordena os meios nas grandes intervenções. Muitos homens e equipamentos, só por si, não são suficientes para se obter um bom resultado, pois é fundamental uma boa organização, uma boa coordenação e, principalmente, que assente nos conhecimentos técnicos necessários para gerir grandes incêndios florestais.

Já se torna vulgar assistir, nos grandes teatros de operações, a falhas sistemáticas de coordenação, em que muitas vezes o sucesso da operação é posto em causa, não pela insuficiência de meios, mas sim, por falha grave na estratégia, no planeamento do combate, e na gestão e coordenação dos meios envolvidos nestas grandes operações.

A falta de preparação e de conhecimento, no comando destas operações de grande envergadura, e, acima de tudo, a falta de experiência no topo da hierarquia, está na origem da grande dificuldade em con-

trolar estes incêndios. Embora, ainda, existam alguns problemas de falta de formação, de conhecimento e de preparação das equipas de combate, penso não será esta a principal falha na estrutura. De facto, é no patamar mais elevado da hierarquia onde, normalmente, surgem os problemas. Por muitos meios que possam existir à disposição de quem comanda, de pouco servem se não existir uma estratégia bem definida, apoiada em dados concretos, um bom planeamento da operação e se as equipas no terreno não estiverem devidamente preparadas, organizadas e conscientes das suas missões. Não podemos continuar a assistir no teatro de operações, a tantas viaturas e equipas paradas nas bermas das estradas, sem missões atribuídas, cujo comando, por vezes desconhece o seu posicionamento e missão, quando deveriam estar em operação, posicionadas nos locais necessários e estratégicos.

O problema dos incêndios florestais

O verdadeiro problema dos incêndios florestais não está no combate, mas sim no “desordenamento florestal” e no despovoamento do interior. No passado, a floresta era limpa, cuidada e bem aproveitada, bem como os terrenos agrícolas cultivados, que produziam e eram bem cuidados. Hoje deparamo-nos com uma floresta abandonada e mal gerida, o que permite que uma pequena ignição, em condições favoráveis aos incêndios, se transforme, num curto espaço de tempo, num incêndio incontrolável.

Nesta área, há ainda muito a fazer, pois, apesar da grande melhoria verificada no que ao combate diz respeito, se nada mudar na gestão da floresta, continuaremos a assistir a grandes incêndios florestais, com um grande impacto nos orçamentos de Estado e um desgaste enorme nas estruturas de combate.

Para agravar esta situação, continuamos a assistir a problemas comunicação entre os vários atores no teatro de operações. As comunicações são essenciais para a boa coordenação e gestão dos recursos envolvidos no combate.



Fot. 6 - Pormenores da formação em combate a incêndios florestais no município de Penela, em 2002 (Fotografia de A. Sousa).

Photo 6 - Details of training in firefighting in the municipality of Penela, in 2002 (Photograph of A. Sousa).

Quando estas falham, falha a coordenação e consequentemente colocam-se as missões em risco.

Há 40 anos atrás, não existiam telemóveis nem outras tecnologias importantes no apoio à gestão da emergência, pois apenas existia uma rede rádio, obsoleta e que não garantia o necessário contacto com os meios envolvidos nas operações. Atualmente não existe justificação para que a comunicação não se faça de uma forma rápida, eficaz e confiável.

Para além do êxito das missões, é muito mais importante a segurança de quem combate. Ora, a falha de comunicações, ou a sua ausência, coloca vidas em risco e compromete as missões, e, consequentemente, os incêndios não se extinguem de acordo com o planeado. Com os meios técnicos que hoje existem, nada justifica a falta de comunicação nos teatros de operações. As ordens emanadas por quem comanda têm de chegar rapidamente aos destinatários, de forma clara e concisa, para que não deixem dúvidas, por forma a que quem comanda, saiba a cada momento, onde está cada equipa, como está e o que está a fazer.

O combate aos incêndios (fot. 7) tem de fazer-se de forma planeada e organizada, com base numa estratégia correta, bem coordenada (fot. 8) e acima de tudo independente de interferências políticas, mediáticas ou outras pressões externas, capazes de interferir no planeamento e gestão das operações.

Também os interesses ligados aos incêndios florestais constituem um problema que já deveria ter sido solu-



Fot. 8 - Uma das reuniões de preparação para a época de Incêndios Florestais, em março de 2015, com a presença do CODIS/Coimbra e Proteção Civil Municipal de Penela (Fotografia de Paula Leal).

Photo 8 - One of the preparation meetings for the forest fire season, in March 2015, attended by CODIS/Coimbra and the Municipal Civil Protection of Penela (Photo by Paula Leal).

cionado. Os meios aéreos nas operações de combate, alugados anualmente a empresas privadas, absorvem milhões de euros do orçamento de estado. Estes avultados valores pagos a essas empresas ao longo de todos estes anos, justificavam, como os bombeiros tem vindo a propor há várias décadas, a compra de meios próprios, que não só seriam responsáveis pelo combate aéreo dos incêndios florestais, mas também utilizados noutras missões de emergência. Estes meios teriam a sua gestão e manutenção na força aérea, bem como os seus pilotos, com treino específico para estas missões e que estariam



Fot. 7 - Aspeto do combate a um incêndio florestal no município de Penela, em 2008 (Fotografia de Nuno Vilar).

Photo 7 - Aspect of the combat to a forest fire in the municipality of Penela, in 2008 (Photograph of Nuno Vilar).

disponíveis para serem utilizados durante todo o ano, sempre que necessários, e não por épocas, como atualmente se verifica.

Para combater este fenómeno dos grandes incêndios florestais a estratégia só pode ser uma: apostar no ataque inicial, de forma musculada e com eficaz apoio aéreo, de modo a evitar que uma simples fagulha se torne num grande incêndio que, para além dos prejuízos inerentes e do perigo que constitui para quem vive junto da floresta e para quem o combate, depois, vai mobilizar centenas de homens e de equipamentos, bem como muitos meios aéreos que, no global, constituem avultadas quantias gastas pelo erário público e que são pagas com os nossos impostos.

Conclusão

Para finalizar, e concluindo, este novo paradigma constitui um grande desafio para toda a estrutura do socorro em Portugal.

É verdade que, em menos de meio século, muito mudou na forma como se socorre no nosso país. No entanto, os

novos desafios, consequência da era em que vivemos, significam exigência e, cada vez mais, uma maior e melhor capacidade de resposta.

Que bombeiros vamos ter no futuro, dadas as exigências impostas no socorro?

Chegou o fim do voluntariado?

Referências bibliográficas

Ferreira de Castro, C., Gouveia Serra, J., Parola, J., Reis, J., Lourenço, L., Correia, S. (2002). Combate a Incêndios Florestais. Vol. *XIII do Manual de Formação Inicial do Bombeiro*, Escola Nacional de Bombeiros, Sintra, 88 p. ISBN 972-8792-13-1.

Lourenço, L., Gouveia Serra, J., Mota, Lucília; P., José J., Correia, S., Parola, J. Reis, J. (2001). Manual de Combate a Incêndios Florestais para Equipas de Primeira Intervenção. Col. *Cadernos Especializados*, 1, Escola Nacional de Bombeiros, Sintra, 208 p. ISBN 972-8792-26-3.